

# A TRÁGICA SUSTENTABILIDADE EM UM MUNDO SEM TRANSCENDÊNCIA

Fátima CABRAL<sup>1</sup>  
Lúcia Arrais MORALES<sup>2</sup>

■ **RESUMO:** As autoras discutem a questão da sustentabilidade a partir da reportagem de um casamento realizado na Avenida Paulista e definido como ecologicamente correto. Elas demonstram como esse acontecimento está contido numa escala mais ampla. Argumentam que a racionalidade capitalista presente na lógica da competitividade e do desperdício é a mesma no comando do ideário da sustentabilidade do movimento ambientalista. Munidas de um conjunto de dados referentes à ação de grupos legais e ilegais, mostram como a prática da sustentabilidade abre novas e lucrativas frentes de acumulação enquanto contribui para o agravamento dos danos irreversíveis ao meio-ambiente. Concluem que, além da impossibilidade do modelo capitalista deter o atual processo de destruição das condições de vida no planeta, somente a associação internacional dos movimentos sociais emancipadores poderá criar ações para uma radical mudança de rumo.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Racionalidade capitalista. Anarquia da produção. Falha metabólica. Sustentabilidade.

Em 11 de março de 2007 o jornal *O Estado de São Paulo* publicou – ocupando meia página do Caderno Cidades/Metrópole – uma notícia sobre Comportamento: “Noivos farão casamento *carbon free* no Trianon”. Este era o título, e a reportagem dizia: “Esqueça tudo o que você já viu ou ouviu sobre cerimônias de casamento. Vem aí a primeira união sustentável do Brasil. É um

---

<sup>1</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências – Departamento de Sociologia e Antropologia. Marília – SP – Brasil. 17525-900 – facabral@marilia.unesp.br

<sup>2</sup> UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências – Departamento de Sociologia e Antropologia. Marília – SP – Brasil. 17525-900 – luciamorales@uol.com.br

conto de fadas. Só que com todos os detalhes ecologicamente corretos e com distribuição de renda entre comunidades carentes. [...] O ritual, marcado para o dia 08 de abril, será aberto ao público. Os convidados que quiserem podem levar seus cães. Serão bem-vindos. [...]”. “Não é um casamento alternativo. Pelo contrário, é tradicional. Só que está de acordo com o tempo que estamos vivendo”, esclarece a noiva (CAPITELLI, 2007, p.C10).

A paulistana é empreendedora social e ele engenheiro de informática. Pretendiam não apenas dar um bom exemplo ao filho dela, mas também que o casamento e a festa da família não trouxessem prejuízos ao planeta – após o casamento prometiam plantar 50 árvores e calcular os gastos com água, energia, lixo e gás carbônico e reverter o dinheiro para a SOS Mata Atlântica. São 14 os parceiros do casamento entre ONGs e empresas que atuam com responsabilidade social. A Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente fez parte da parceria. A cerimônia deveria virar um filme, *Projeto Cine Possível*, coordenado por três ONGs, que seria exibido no 25º Festival de Filmes de Chicago, realizado em abril de 2007.

Planos para depois do casamento: a idéia da noiva é ir para Camarões, na África, trabalhar com crianças cegas abandonadas. Antes, porém, pretende unir estilistas famosos no mundo e universitários para desenvolver roupas para deficientes. Se tudo der certo, a atriz Penélope Cruz deverá se engajar nessa campanha.

Enfim: um surto ecológico em plena Avenida Paulista, um dos centros pulsantes do capitalismo financeiro no ocidente. O casal, preocupado com a crise do meio ambiente, julgou que dessa maneira poderia contribuir para a construção de uma consciência ambiental: um casamento eco-pedagógico, oportunidade em que as pessoas aprendem sem sofrimento; desfrutando do local, entre árvores, céu e uma mesa de alimentos cuidadosamente preparados, os convidados seriam tocados pelas exigências da natureza. Aprender, afinal, é uma tarefa árdua, exige concentração, esforço, interesse, dedicação, constância, disciplina, trabalho. Neste caso as pessoas aprenderiam quase brincando – e comendo – no parque.

A ação deste casal é organizada a partir de um sistema cognitivo que não é inato. De onde vêm essas idéias? Que operações simbólicas foram realizadas ali? A palavra ambiente e a palavra ecologia não são neutras, não portam um único

significado, atendem a interesses e, sobretudo, a necessidade de auto-orientação contínua face aos acontecimentos, rotineiros ou não. Nesse sentido, esta análise procura pensar como os elementos acionados por esse casal são compartilhados de forma implícita por um coletivo maior. Tal perspectiva analítica exige examinar o casamento no Trianon como um fenômeno complexo e fluido. Complexo porque há mais de uma direção a escolher. Fluido porque é necessário não perder de vista o fato de que cada uma delas não é independente. Dessa forma, imprime-se aqui o objetivo explícito de neutralizar o tom exótico que o caso possa suscitar. Para isso o ponto de partida é reintegrar “o casamento no parque Trianon” às três técnicas que mais recentemente transformaram o trabalho humano e a face do planeta. São elas que geram o entendimento das condições de vida atuais: a informática, a robótica e a genética molecular. A partir delas, tanto o trabalho quanto o ambiente não voltarão jamais a ser o que eram há apenas algumas décadas atrás.

A informática, através do computador, transforma a percepção de tempo e dá sustentação empírica à especulação financeira em vigor. Além disso, e não menos importante, por meio do marketing e da propaganda, a informática age sobre a linguagem produzindo parâmetros para uma determinada interpretação do mundo. A robótica, por sua vez, fez desaparecer ofícios e incrementou o desemprego. A genética molecular, associada à química, alterou por completo a agricultura, a avicultura e a pecuária. Essas técnicas, além de produzirem uma diversidade de rejeitos (eletrônico, radioativo, tóxico, sólido, etc.), é por onde se assenta um regime acerbo de competição. Sua regra de ouro chama-se **competitividade** e esse é um dos termos correntes com os quais é identificada a globalização. As trocas são regidas por práticas que visam obter a melhor posição a qualquer preço, e para isto acontecer é necessário suprimir a solidariedade, cultivar o cinismo, aperfeiçoar a dissimulação e elevar a indiferença a *status* de temperança. Neste cenário, a convivência é atravessada pelo exercício do *salve-se-quem-puder* e, conseqüentemente, pela possibilidade constante e iminente dos variados graus e formas de aspereza social. Portanto, não somente espécies desapareceram, mas áreas territoriais desertificaram e espaços urbanos foram degradados, enquanto formas de sociabilidade humana ficaram seriamente comprometidas.

Diariamente, perturbadoras imagens e inquietantes informes sobre as condições adversas à existência no planeta estão em revistas, jornais, livros e programas de televisão. Contudo – e o casamento acima descrito aponta para isso –, o termo ecologia continua associado à imagem de indivíduos e grupos amantes da natureza que, portadores de uma refinada sensibilidade, estão mobilizados para defendê-la, protegê-la e preservá-la. Este é o modelo que, fundado em uma matriz humanitária, exorta indivíduos a fazerem sua parte.

Félix Guattari (1990, p.53) investe de forma concentrada nos automatismos da percepção e, quando mostra ao leitor o reverso dessa posição defensiva, revela a perspectiva linear com a qual fomos treinados a pensar e a agir face aos danos causados ao meio ambiente. Para tanto, ele diz: “No futuro a questão não será apenas a da defesa da natureza, mas a de uma ofensiva para reparar o pulmão amazônico, para fazer reflorescer o Saara”. Guattari escreve a partir da Europa e, ao chamar à cena áreas não apenas de vasta extensão, mas também de características vitais marcadamente distintas, descortina para o leitor a escala planetária dos danos. Seu raciocínio opera para trazer à tona uma percepção desdobrada no tempo e no território. Ele ataca a visão naturalizada que conjuga ecologia à ação defensiva. Com isso, mostra o quão inócua é a visão idílica de indivíduos e grupos isolados. Contudo, sua formulação não está posta para a conclusão óbvia de que o problema é da coletividade humana e o será de forma cada vez mais crucial, como aqui se pretende mostrar. O elemento central da proposta do pensador francês é quebrar uma conexão entre duas categorias de pensamento (ecologia & defesa) e, com isso, arrastar uma estrutura social produtora de subjetividades compatíveis com seus desígnios.

Guattari (1990, p.31) introduz uma noção útil para o tratamento dessa problemática. Ele propõe o termo “crispação existencial”. Com ele, demonstra que não é apenas através do mecanismo da repressão que o conservadorismo se reproduz, mas, também, por meio de um trabalho simbólico sobre a memória social. Essa concepção de amor à natureza e disposição individual para defendê-la e exaltá-la existe porque foi introduzida de forma sistemática nas atividades da vida cotidiana, servindo, inclusive, como tema para o ritual de casamento aqui relatado. Além disso, há uma outra face dessa

concepção. Ela é experimentada como o ressurgimento de uma predominante atitude no passado da humanidade. É sobre essa questão que o historiador inglês Keith Thomas desenvolve sua análise no livro *O homem natural e o mundo natural* de 1988. Seu alvo é mostrar a premissa falaciosa de que o período anterior à industrialização foi marcado pelo apreço à natureza. Thomas demonstra que esta atitude só começa a ser incitada quando parcelas consideráveis de formas animais e vegetais foram dizimadas.

Assim, as estruturas atuais de poder se dirigem não apenas para a produção de bens e serviços, mas de igual modo para a produção de sintaxes e signos que oferecem significados à experiência. Portanto, o lugar da mídia e, com ela, o marketing, a publicidade e as pesquisas de opinião pública é fundamental na criação de sistemas cognitivos que governam o comportamento coletivo. A idéia de “crispação existencial” procura dar conta desse tipo de controle que engendra a manutenção de posições preparadas para sentir, pensar e agir de forma pendular: momentos de arroubos são seguidos por períodos de relaxamento, como se o assunto estivesse sob garantia ou resolvido.

O cientista político Ricardo Héctor Leis (1998), ao refletir sobre as relações relutantes, vagas e obscuras entre ecologia e economia capitalista, faz o seguinte raciocínio que adensa e alarga a noção de “crispação existencial”: “[...] para que o mercado possa atender às exigências ecológicas faz-se necessário encontrar fortes motivos para descolonizar a sociedade de valores e comportamentos individualistas, privilegiando valores comuns (ou coletivos).” Félix Guattari e Ricardo Leis, por caminhos distintos, enunciam que as ações vigentes são de natureza súbita, transitória e reativa. Isto resulta do seu assentamento na rigorosa e contínua domesticação das operações de sentir, perceber e pensar. Elas portam, como sinal diacrítico, a supervalorização do indivíduo a-social, o que significa considerar a auto-suficiência como a realização suprema do humano. Portanto, é imperativa a orientação para ser diferente e, assim, distinguir-se. O casal do Trianon, tematizando seu casamento, apresentava-se aos pares e ao coletivo em geral como criativo, distinto e inovador. Em outras palavras, obedecendo automaticamente ao reclamo geral para a diferença, eles materializavam para si e para o entorno social o perseguido e arraigado ideal da distinção.

Todavia, a percepção de uma crise não se dá de forma imediata. Há mediações em sua construção e elas dependem não apenas de um nível de instrução formal, mas de uma visão de mundo cujo núcleo fundamental é a noção da existência de uma relação orgânica entre os seres e a natureza. Desse modo, a situação humana no mundo exige convivência coletiva que viabilize a manutenção dos recursos primários para a extração da energia sem a qual não é possível viver. Tal visão de mundo reclama por uma percepção de tempo capaz de abstrair-se do imediato e não priorizar o hedonismo, a proclamação midiática do eu e o cultivo da pressa como expressão de competência profissional. Ao invés disso, reitera a necessidade de uma nova sociabilidade, ordenada pela instalação de uma nova definição de controle.

Neste sentido, o termo controle sai do campo semântico que, de forma quase automática e mimética, o liga às noções de obediência ou fiscalização compulsórias e desloca-se para o terreno regido pelo esforço prático-reflexivo. É nele que reside a possibilidade de encontrar dispositivos perceptuais capazes de delimitar, especificar e restringir comandos que operem na construção de uma linha de ação. Em outras palavras, controle diz respeito também à inescapável necessidade humana de haver-se com a generalidade, a indiferenciação e a vaguidade.

A ausência de definições orgânicas para orientar-se no mundo é uma das singularidades do gênero homo. Em entrevista com a jornalista Claire Parnet (1998), o filósofo francês Gilles Deleuze explica o seu pouco interesse por cachorros, gatos ou leões e seu fascínio por aranhas, carrapatos e piolhos. Para ele, estes últimos expressam com mais nitidez o mundo animal que, diferentemente do humano, é delimitado, restrito e, por isso, não reage a todas as coisas à sua volta. Em seus próprios termos, Deleuze diz: “[...] o que me toca em um animal, a primeira coisa é que todo animal tem um mundo. É curioso, pois muita gente, muitos humanos não têm mundo. Vivem a vida de todo mundo, ou seja, de qualquer um, de qualquer coisa. Os animais têm um mundo”. Com esta comparação, Deleuze fala do preço que os indivíduos da espécie homo sapiens pagam quando abdicam do inexorável trabalho de problematizar o seu viver no mundo. Em seu lugar, tornam-se aderentes ao já posto, o que, em outras palavras, significa dizer: **necessidade de controle social** implica em gerar dispositivos

que possam fazer cessar uma continuidade estrutural, um *modus operandi* naturalizado.

Em vista disso, o ponto crítico é conectar a palavra ecologia à pergunta: se as empresas em competitividade exigem cada vez mais dos centros de pesquisas resultados que se convertam em novos produtos para o mercado e em aprimoradas tecnologias para seu rendimento, como é possível tornar estes critérios de lucro compatíveis com a proclamada preservação da natureza, ou mesmo supor que esse modelo de crescimento contínuo possa gerir um desenvolvimento sustentável?

Nunca é por demais dizer que o capitalismo é um sistema programado para fazer sua lógica transmutar a diversidade humana e não-humana na viciosa experiência da repetitividade, da mesmice, do igual, do mono, enfim, da entediante vida contemporânea. Desenvolvimento é um dos mais preciosos termos dessa lógica onde estão enlaçadas, feito um nó górdio, miséria e opulência. Por isso, a demarcação cognitiva mais saliente do discurso ambientalista é conduzir o termo desenvolvimento para ser embebido pelo adjetivo sustentável. Com isso, permite a continuidade de práticas oficiais e não oficiais, legais e ilegais que, apesar de receberem novas rubricas, atualizam as mesmas premissas que têm vigência há, pelo menos, cinco séculos. Contudo, este esforço é traído pela própria ambigüidade da expressão. Sustentar significa agir para impedir que algo se desequilibre, caia e, conseqüentemente, mude de posição. Para tanto, é necessário providenciar escoras, arrimos, enfim, pontaletes para a estrutura não desabar. Dessa forma, por um lado, a expressão em si mesma é reveladora do que estamos a viver minuto a minuto e, por outro lado, exhibe a vocação do capitalismo para acomodar-se a fissuras.

## **A sustentabilidade grotesca da natureza já corrompida**

Um dos itens do discurso da sustentabilidade é propor a reciclagem. Ou seja, converter materiais usados, descartados ou resultante de sub-produtos industriais em matéria prima para outro ciclo de produção. Ocorre que a generalização é a tônica desta proposta. É obscurecida a existência de diferentes tipos de rejeitos, procedentes de diversas origens. Estas variáveis autorizam supor que diferentes tipos de lixo exigem

diferentes tipos de reciclagem e, por isso, há limites nesse tipo de reaproveitamento. Assim, plástico não pode ser tratado da mesma maneira que pilhas ou baterias de celulares. Da mesma forma, isopor tem composição química distinta do pneu e do papel.

Em interessante reportagem de Felipe Serrano (2007) no Caderno Link do jornal *O Estado de São Paulo*, ficamos sabendo que dois por cento ou mais do gás carbônico lançado na atmosfera do planeta vem de apenas oito países mais poluidores, e exatamente das indústrias de PCs e de celulares. Isso considerando que apenas um bilhão de pessoas no mundo têm acesso a PCs. O que aconteceria se os outros cinco bilhões fossem “incluídos” digitalmente, como pretende Bill Gates, em parceria com governos de várias partes do mundo, inclusive no Brasil? Dá para se ter uma vaga idéia desse impacto ambiental se assimilarmos o fato de que para construir um único monitor de tubo de 17 polegadas, por exemplo, são utilizados 240 quilos de combustíveis fósseis (petróleo e carvão mineral), 22 quilos de substâncias químicas e 1.500 litros de água. Essa mesma reportagem dá conta que um único chip de memória RAM com 2 gramas consome 1,6 quilos de combustíveis fósseis e substâncias químicas para ser produzido. Isso sem falar dos celulares que, juntamente com os componentes de computadores, celebram o que o escritor húngaro István Mészáros (2002) denomina “triunfo da produção do desperdício generalizada”. Semanalmente somos bombardeados por propagandas anunciando novos modelos, novo design, de modo que o antigo vai logo para o lixo. Difícil, senão impossível, avaliar o custo tóxico dessa produção desvairada.

Fica assim evidenciado que o processo de amputação da natureza não se limita a campos periféricos da produção e em países subdesenvolvidos, sem cultura e consciência ecológica adequadas. Particularmente entre os países mais desenvolvidos e tecnologicamente mais avançados, o montante de lixo – e em particular o lixo tóxico – regularmente produzido, não representa um “sub-produto” natural e inevitável do desenvolvimento social, mas a contradição fundamental de um modo de produção “[...] que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico.” E atenção: “[...] essas são as tendências do desenvolvimento social, não algo que anuncie o colapso do capitalismo [...]”, adverte



Mészáros (2002, p.1005). Mas como a reciclagem correta de todo esse lixo tecnológico é muito cara e não existe controle social sobre essa coleta, quantidades imensas de celulares, televisores e computadores são abandonados ou encaminhados a países pobres, como a Nigéria, onde permanecem a céu aberto.

A este respeito é ilustrativa a matéria de Claudia Colluci (2006) "Brinquedo Pirata tem até lixo hospitalar", do jornal *Folha de São Paulo*. Nela, o presidente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, Luiz Paulo Barreto, faz o seguinte relato: "[...] um dos casos mais alarmantes aconteceu há um ano. Análises químicas mostraram que bonecas pirateadas da China foram confeccionadas com resíduos plásticos hospitalares. Para conseguir um preço mais baixo, as máfias internacionais estavam usando, sem nenhum escrúpulo, o material mais barato possível". Isso revela que mesmo as organizações que operam sem respaldo legal não estão ao largo dos critérios de lucro e rendimento da lógica capitalista. Ao contrário, elas fazem parte do que Marx (1982) chama "anarquia da produção". Se, nesse caso, parâmetros inibidores à ação da reciclagem de seringas descartáveis, ampolas de remédio vazias e outros estão ausentes, isso ocorre também porque o modo de operação não se orienta para o bem comum e busca o máximo de lucros com o mínimo de custos. Portanto, a falta de escrúpulo expõe as entranhas dessa lógica e exemplifica a afirmação do geógrafo Milton Santos (2000, p.44), de que "[...] a monetarização da vida cotidiana ganhou, no mundo inteiro, um enorme terreno nos últimos 25 anos. Essa presença do dinheiro em toda a parte acaba por constituir um dado ameaçador da nossa existência cotidiana."

Então, cabem duas perguntas: 1) como a reciclagem, enquanto solução à crise ambiental, poderia estar ao abrigo do valor de troca, mesmo se praticada à luz da legalidade? ; 2) é possível não transformar a questão ambiental em mercadoria?

O blog do Deputado Federal Fernando Gabeira, do Partido Verde, traz outra matéria que ilustra o discurso ambientalista transformado em negócios pela máfia italiana. Além de drogas, armas e prostituição, o transporte do lixo tóxico é um outro campo de atuação que passou a receber a denominação de eco-máfia. O texto traz o relato de um fazendeiro, 67 anos, da região da Úmbria, convencido por um vendedor a comprar um novo fertilizante para sua terra. A transação foi feita nas seguintes bases: ele recebeu

500 kg de graça, se os resultados lhe satisfizessem, então passaria a comprar. Ocorre que

[...] a palha escura que ele espalhou em seus campos de trigo, milho e legumes era lixo industrial altamente tóxico. [...] Procuradores italianos confirmam, com base em escutas telefônicas, que grupos criminosos ganharam concorrências para retirar lixo tóxico de fábricas no norte do país, mas nunca trataram. Na verdade, despejaram a carga venenosa em quase 10 mil hectares de terras agrícolas da Úmbria, uma das regiões mais belas e produtivas da Itália. (GABEIRA, 2007).

Pode-se observar que maximizar lucros e reduzir ao máximo os custos é a premissa fundante que norteia tanto as tomadas de decisões quanto a retórica persuasiva.

No portal da *Tierramerica* há outro artigo sobre a presença de organizações criminosas italianas como a "*cosa nostra*" da Scília, "*I'andregghetta reggina*" da Calábria, a "*sacra corona*" de Puglia e a "*camorra*" de Nápoles nos negócios do lixo industrial e urbano. Esse artigo tem o título "A máfia apodera-se do tráfico de tóxicos" e é de autoria da jornalista Francesca Colombo (2007). Seu foco é salientar que a tecnologia atual para tratar a diversidade de rejeitos industriais é demasiadamente onerosa. Em sendo assim, as empresas se esquivam de adotá-las. Em seu lugar, contratam serviços que oferecem custos 400 vezes mais reduzidos. Enquanto a tecnociência não criar um sistema de técnicas capaz de operar a baixo custo e com eficácia, as empresas, para sobreviverem, prosseguirão pondo em risco a sobrevivência das formas de existência do planeta.

Em outros termos, é preciso colocar a luta ecológica no centro da luta anticapitalista. O que não é nada fácil, pois tanto empresas ilegais – como as eco-máfias citadas – quanto as legais – como a Rio Bravo Investimentos, fundo que tem como um dos sócios Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central – investem e lucram pesado prestando "serviços ambientais". Maurício Marçal, gestor de investimentos da Rio Bravo, justifica à jornalista Andréa Vialli (2007) a razão para disponibilizar US\$ 100 milhões para financiar indústrias ambientais no país: "O setor de serviços ambientais nos mercados emergentes cresce mais do que as economias desses países. [...] Seguramente, esse mercado cresce acima de dois dígitos."

A Ecosorb é outra empresa com foco na sustentabilidade. Criada em 1998, ela atua “[...]no desenvolvimento, comercialização e distribuição de produtos que previnem e combatem acidentes agressivos à natureza [...]”. Coloca-se, hoje, como

[...] uma das maiores empresas do país na prestação de serviços de prevenção e atendimento a acidentes ambientais, incluindo treinamentos simulados, gestão de riscos e resíduos. Está sediada em São Paulo, conta com uma unidade industrial em Itatiba(SP) e Bases de Emergências instaladas em Santos (SP), Paranaguá (PR) e Itajaí (SC) [...] são mais de 1000 clientes ativos espalhados por todo o país. (ECOSORB, 2007).

A Ecosorb tem à sua disposição por ano R\$ 20 milhões do fundo internacional de investimentos Stratus VC III para aplicar em pontos estratégicos, isto é, próximos a grandes obras de infra-estrutura no país: “Estamos aproveitando um momento oportuno do mercado, já que as obras previstas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) vão demandar gestão dos impactos ambientais”.

O Grupo Stratus, por sua vez, foi fundado em 1999. Atua como instituição financeira independente e investe em “empresas brasileiras com alto potencial de valorização”. Seu objetivo principal é

[...] gerar retornos financeiros comparativamente superiores para seus investidores, sejam estes com capital de origem nacional ou internacional, além de ao mesmo tempo apoiar o desenvolvimento de empresas que se destaquem em seu ramo. Os recursos oriundos de investidores, como Petros (fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás), BNDES, Finep e BID, vão possibilitar a expansão da empresa Ecosorb criada, em 1998, pelo empresário Rogério Igel, do Grupo Ultra. [...] O investimento mostra ainda o crescimento da indústria ambiental no País. Estima-se que o segmento já movimentou US\$ 6,9 bilhões na economia brasileira – entre tecnologias e serviços – e tem amplo potencial de crescimento.

Trata-se, portanto, de uma “carteira verde” que neste momento atrai, para o país, fundos estrangeiros – e mesmo nacionais – com capacidade de renda tão mais garantida, quanto maior o risco e o dano ambiental em curso. Ou seja, não é algo que tenda a colocar fim a esse ciclo destrutivo de reprodução do capital, ao contrário, são novas e seguras formas de lucrar com o aprofundamento desse mesmo processo.

Outro exemplo é a intenção de uma importante empresa têxtil paulista em migrar para o nordeste, em particular, para o Ceará, onde já existe um forte pólo do setor. A notícia dessa decisão apareceu no *Jornal Nacional* da Rede Globo, o telejornal de maior audiência do país. Todavia, o site do Sinditextil-SP, ligado à Associação Brasileira da Indústria Têxtil, com sede na capital paulista, já fornecia pistas para este intento. Em matéria sobre o balanço anual do setor que acusa um déficit aproximado de US\$ 100 milhões, a análise aponta a “guerra fiscal” entre os estados como uma das principais causas. Portanto, não é apenas o baixo custo tradicional da mão de obra cearense que atrai a empreitada, mas o fator tributo. Enquanto São Paulo recolhe 12% de ICMS, o Ceará prescreve 3%. Isso acarreta um déficit aproximado de US\$ 100 milhões para Indústria Têxtil Paulista por ano. Nem o site do Sinditextil-SP nem tampouco o *Jornal Nacional* revelam que uma indústria têxtil, além da utilização de corantes e soda cáustica em larga escala, necessita também de um elevado consumo de água em seu processo de produção. Ou seja, ela acarreta enormes adversidades para o ambiente. Junto a isso, não é por demais ressaltar a presença de um estado do nordeste brasileiro que possui características geográficas distintas. O Ceará é constituído por apenas duas áreas: o litoral e o semi-árido. As zonas da mata e o agreste estão ausentes. São mais úmidas e, assim, possuem maior proteção frente à sistemática ausência de chuvas regulares. Portanto, períodos prolongados de seca afetam diferencialmente o território cearense. Contudo, só aparentemente pode causar perplexidade o fato de um instável e precioso recurso natural não ser prioritário na tomada de decisões político-econômicas. A primazia está na reprodução contínua do controle sobre a entrada de novos parceiros para a partilha dos lucros, os quais devem ser regidos pela redução máxima de custos: do dinheiro, da matéria prima, do trabalho.

Há, assim, motivos suficientes para, insolitamente, fazermos coro ao médico e filósofo utilitarista, Bernard Mandeville (1670-1733) que, em seu irônico e apologético livro *A fábula das abelhas*, editado pela primeira vez em inglês em 1729, relaciona os códigos morais com a conveniência humana. Ao comparar alegoricamente o mundo social de seu tempo com uma colméia, Mandeville (2001, p.14) descreve o mecanismo social de um grande estado, em que a desonestidade e o egoísmo – segundo a concepção corrente duas matérias prima da natureza humana – orientam a

vida de comerciantes, advogados, juizes, ministros e estadistas. De tal modo esses segmentos se empenham em satisfazer-se mutuamente, que tentar pôr fim aos vícios seria diminuir a grandeza da colméia: “as partes todas eram cheias de vício, mas o todo da massa era um paraíso”. Ou, como esclarece o subtítulo do livro, *Os vícios privados* [no caso das empresas capitalistas que mais diretamente danam o meio ambiente] *promovem a prosperidade pública*, seja das máfias ou das empresas reguladas que distribuem e anunciam publicamente as cotas de seus fundos com a bravura e impetuosidade de um rio em cascata<sup>1</sup>.

Essa é mais uma das contradições objetivas da racionalidade capitalista, que revela ser cada vez mais imperiosa a necessidade de se estabelecer um controle social que, por sua vez, requerer o desenvolvimento de uma consciência e racionalidade críticas não apenas de indivíduos isolados, mas de “toda uma comunidade de produtores, qualquer que seja sua ocupação”, consciência essa inelutavelmente “associada a um intenso compromisso com os valores de uma humanidade socialista” (MÉSZÁROS, 2002, p.1010-1011). Esse planejamento social mais abrangente requer uma relação de poder societário incomparavelmente mais significativo do que o poder de escolha para pintar postes e janelas de verde, abraçar árvores, acorrentar-se a portões de fábricas ou realizar casamentos ecologicamente corretos. Como argumentou Marcuse (1999, p.80), em artigo publicado na década de 1940, “não há saída pessoal do aparato que mecanizou e padronizou o mundo”.

## **Por uma visão ecológica ofensiva e transformadora**

Ao contrário do que comumente se afirma – que Marx jamais teria demonstrado preocupação profunda com questões ligadas à sustentabilidade e os limites ecológicos – há uma seção no volume 3 de *O Capital*<sup>2</sup> em que ele mostra estar ciente do fator “desperdício” gerado pelas indústrias, e afirma a necessidade da “redução” e da “reutilização” dos refugos em qualquer sistema de produção: capitalista ou socialista/comunista. Parece não haver indícios, em seus escritos, de que uma relação sustentável

<sup>1</sup> Ver: “Anúncio de encerramento de distribuição pública de quotas – Republicação” (2007).

<sup>2</sup> “Utilização do refugo da produção” trata-se de uma seção do livro *O Capital*, volume 3, de autoria de Karl Marx, tal seção é encontrada em Foster (2005). Todas as citações seguintes de Karl Marx são tiradas de Foster (2005), exceto quando explicitadas.

com a natureza se daria automaticamente com a transição para o socialismo. Tanto um quanto outro – socialismo e ecologia – invocam valores qualitativos que necessariamente devem ser capazes de encaixar a economia ao meio ambiente social e natural, com vistas ao caráter cíclico da vida, isto é, à cadeia de gerações humanas. E nada disso é gerado automaticamente, naturalmente.

Imperioso na busca e construção de um redirecionamento qualitativo e de controle social sobre a vida no planeta, é recuperar um conceito básico na obra de Marx, que é o conceito de **metabolismo**. Na realidade, esse conceito remonta o início do século XIX, mais precisamente 1815, e foi popularizado pelos fisiologistas alemães nas décadas de 1830-1840 como modelo explicativo para as trocas materiais dentro do organismo, trocas essas relacionadas à respiração. Desde então, o conceito tem sido usado como categoria-chave na abordagem da teoria dos sistemas e à interação dos organismos com o seu meio ambiente. (FOSTER, 2005). Marx e Engels, por sua vez, passaram a utilizar o conceito de metabolismo para descrever uma **força vital**, isto é, a relação do homem com a natureza através do trabalho: “Ele [o processo de trabalho] é a condição universal da interação metabólica entre o homem e a natureza, a perpétua condição da existência humana imposta pela natureza.” (MARX, 1988, v.1). Ressalte-se aqui a “perpétua condição da existência humana imposta pela natureza”, pois ela evidencia que para Marx não há condição de existência do ser senão através da e na relação Homem/Natureza: **não há vida fora da natureza** e não podemos, portanto, reinar como conquistadores. Essa é uma imposição da natureza – da natureza externa e da sua própria natureza, isto é, da sua condição natural de existência.

Ocorre que, sob as exigências do sistema capitalista, sobrevém o que Marx chama de “falha” nessa relação metabólica Homem/Natureza. Essa “falha” é identificada no momento em que a agricultura em larga escala, conjugada à indústria em larga escala, provoca o empobrecimento e a infertilidade do solo e do próprio trabalhador, na medida em que arruína o poder natural de ambos que perdem, como aponta Guattari, por outros caminhos, a força ofensiva e, mesmo, a possibilidade de criar “o seu mundo” naturalmente humanizado, como reclama Deleuze, também por outras vias. Portanto, na medida em que o “espírito do capitalismo” está orientado para os lucros monetários e

imediatos, a sustentabilidade tem uma relevância prática muito pequena, senão nula, já que o movimento do capital é contrário ao metabolismo social, que precisa se “[...] preocupar com toda a gama de condições de vida permanentes exigidas pela **cadeia de gerações humanas.**” (MARX, 1988, v.3, grifo nosso).

De acordo com definições recentes entre os ambientalistas, o desenvolvimento sustentável pressupõe a capacidade de “[...] satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas necessidades.” Tal definição foi gestada, em 1983, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sob a presidência de Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega, de modo que essa comissão passou a ser conhecida como Comissão Brundtland. Em 1992 o Rio de Janeiro sediou a Eco-92, oportunidade em que foram ratificados os princípios colocados em 1983, princípios esses centrados na necessidade de controlar excessos os quais foram definidos nos seguintes termos: “[...] a degradação ambiental é resultado principalmente do descontrolado crescimento populacional e suas conseqüentes exigências sobre os recursos da terra, e que se não houver estabilidade populacional, econômica e ecológica os recursos naturais que são limitados serão extintos e com eles a população humana.” (COMISSÃO BRUNDTLAND, 2007).

Mas como conjugar essa exigência com a exigência de lucro imediato? Reconhecer, pois, a existência de tal “falha metabólica” é reconhecer que as condições de sustentabilidade impostas pela natureza foram violadas e, nesse sentido, não há qualquer esperança de sucessos parciais, mas somente sucessos globais, por mais paradoxal que isto possa soar.

Já em meados do século XIX, em diálogo crítico com Feuerbach, Marx advertia sobre a necessidade do controle humano como pré-requisito para o controle efetivo das forças da natureza, então postas em movimento de modo cego e autodestrutivo, em virtude, exatamente, do modo prevalecente de alienação e reificação.

Feuerbach [...] sempre se refugia na natureza exterior, na natureza ainda não dominada pelos homens. Mas, com cada nova invenção, com cada progresso da indústria, uma nova parte é arrancada deste terreno e o solo sobre o qual crescem os exemplos de tais proposições feuerbachianas se reduz cada vez mais. A ‘essência’ do peixe é sua ‘existência’, a água – para retomar apenas uma das

proposições de Feuerbach. A 'essência' do peixe de água corrente é a água do rio. Contudo, esta água deixa de ser sua 'essência', deixa de ser um meio adequado de existência, tão logo o rio sofra a influência da indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros dejetos, tão logo seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam dirigidas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência. (MARX, 1982, p.63-64).

Desde então, essa situação de degradação do meio ambiente só fez aprofundar-se. Os primeiros críticos dessa experiência degradadora do meio ambiente foram os românticos, desde a metade do século XVIII, com Rousseau, para chegar até nossos dias com E.P.Thompson, passando por William Morris, Walter Benjamin, Ernest Bloch e Michael Löwy, entre outros. O que está em causa, portanto, neste início de século XXI, diz um radical pensador marxista:

[...] não é se produzimos ou não sob alguma forma de controle, mas sob que tipo de controle, dado que as condições atuais foram produzidas sob o 'férreo controle' do capital [...] tampouco se trata de indagar se empregaremos ou não a ciência e a tecnologia na resolução de nossos problemas – posto que é óbvio que o temos que fazer –, mas se seremos capazes ou não de redirecioná-las radicalmente, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros. (MÉSZÁROS, 2002, p.989).

Divergências de fundo teórico têm produzido uma separação entre “verdes” e “vermelhos” que em nada contribui para o enfrentamento dos problemas ambientais e sociais. A questão do meio ambiente, hoje, é um dos grandes e principais desafios a ser enfrentado também pelo pensamento marxista, o que obriga a uma revisão – por parte de correntes majoritárias – da tradicional concepção de “forças produtivas”. Daí que temos que discutir não só a contradição entre forças produtivas e relações de produção, mas também as contradições na própria forma de produção (LÖWY, 2000). E é insuficiente, nesse sentido, apenas pretender controlar os excessos, como propõem os membros da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e recomendar uma política internacional de “apoio recíproco entre comércio e meio ambiente” (COMISSÃO BRUNDTLAND). A empresa Natura,



com sua “nova fábrica” e seu “novo jeito de fabricar”, diz apostar na criação de um modelo de cultivo sustentável das espécies nativas que ela aproveita, e na possibilidade de integrar, com o tempo, mais de dois mil pequenos agricultores na colheita dos ativos.<sup>3</sup> Mas se o sistema de propriedade é antagônico à natureza – produz “falha” no metabolismo –, no momento de optar entre a sustentabilidade da mata e a da empresa, que ação prevalecerá?

Assim, parece-nos ainda oportuno ressaltar que Marx e Engels, influenciados pela Antiguidade e por Darwin, sempre repudiaram a antiga concepção que colocava os seres humanos no centro do universo natural. Para esses autores, a burguesia, os latifundiários, os trabalhadores da terra, “Nem mesmo uma sociedade inteira, ou uma nação, ou conjunto simultâneo de todas as sociedades existentes é dono da terra. Eles são simplesmente os seus posseiros, os seus beneficiários, e precisam legá-la em melhor estado às gerações que as sucedem como *boni patres famílias* [bons pais de família].” (MARX, 1988, v.3).

E isso só se apresentará viável a partir da associação internacional dos movimentos sociais emancipadores em prol de uma radical mudança de rumo, desde agora, ao que chamamos processo civilizatório.

CABRAL, F.; MORALES, L. A. The tragic sustainability in a world without transcendence. *Perspectivas*, São Paulo, v.38, p.93-111, July/Dec. 2010.

■ **ABSTRACT:** *The authors discuss the question of sustainability from a newspaper report about a wedding carried out at Avenida Paulista and conceived as a correct ecological act. They show how this happening is contained in a wider scale. They argue that the capitalistic rationality that is present in the logic of competition and wastefulness is the same one on the command of the sustainability idea produced by environmental movements. Supplied by a set of data relating to the action of legal and illegal groups, they show how the practice of sustainability opens up to new and profits ways of accumulate while contributes to worsen the irreversible injuries to environment. They say in conclusion that, besides the impossibility of the capitalistic model to stop the present destruction of life's condition on earth, only the international gathering of emancipationist social movements will be able to generate actions to a radical drift's changing.*

<sup>3</sup> Vide Saboaria Natura (2007).

■ **KEYWORDS:** *Capitalistic rationality. Anarchy of the production. Metabolic fail. Sustainability.*

## Referências

ANÚNCIO de encerramento de distribuição pública de quotas – Republicação. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 maio 2007. Caderno Economia, p. B9.

CAPITELLI, M. Noivos farão casamento carbon free no Trianon. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 mar. 2007. Caderno Cidades/Metrópole, p.C10.

COLLUCI, C. Brinquedo pirata tem até lixo hospitalar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 out. 2006. Caderno Cotidiano.

COLOMBO, F. A máfia apodera-se do tráfico de tóxicos. Disponível em: <<http://www.tierramerica.info/>>. Acesso em: 19 maio 2007.

COMISSÃO BRUNDTLAND. Disponível em: <<http://www.ultimaarcaduenoe.com/desenvolvimento.htm>>. Acesso em: 19 maio 2007.

ECOSORB S. A. *Tecnologia de proteção ambiental*. Disponível em: <<http://www.ecosorb.com.br>>. Acesso em: 23 maio 2007.

GABEIRA, F. *Eco-máfia trafica lixo e causa desastre ambiental na Itália*. Disponível em: <<http://gabeira.com.br/blog/>>. Acesso em: 23 maio 2007.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, E. et al. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. p.15-43.

LÖWY, M. De Marx ao ecossocialismo. In: LÖWY, M.; BENZAÏD, D. *Marxismo, modernidade, utopia*. São Paulo: Xamã, 2000. p.227-238.

MANDEVILLE, B. *La fabula de las abejas: los vicios privados hacen la prosperidad publica*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

MARCUSE, H. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: \_\_\_\_\_. *Tecnologia, guerra e fascismo*. Coletânea de Artigos editados por Douglas Kellner. São Paulo: EDUNESP, 1999. p.73-104.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Editado por Friedrich Engels. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3 v.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

MÉSZÁROS, I. A necessidade do controle social. In: \_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002. p.983-1011.

PARNET, C. *O abecedário de Gilles Deleuze*. 1998. Disponível em: <<http://www.oestrageiro.net/esquizoanlise/67>>. Acesso em: dia maio.2007.

SABOARIA NATURA. Uma fábrica no meio da mata pode ser boa para a mata? *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 maio. 2007. Caderno Nacional, p.A5.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SERRANO, F. A natureza está dentro do seu PC. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 maio 2007. Caderno Link, p. L8.

SINDITEXTIL/SP. Disponível em: <<http://www.sinditextilsp.org.br>>. Acesso em: 30 maio 2007.

THOMAS, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

VIALLI, A. Sustentabilidade: gestão ambiental atrai fundos de investimentos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 maio 2007. Caderno Negócios, p.B16.

